

A rolagem da dívida — vitória da sociedade

FOLHA DE SÃO PAULO

LUTHERO MAYNARD

30 DEZ 1991

Em artigo publicado nesta **Folha** de 27/12, o deputado tucano Tuga Ange-rami faz das tripas coração para tentar passar a idéia que a rolagem da dívida de Estados e municípios aprovada pelo Congresso é danosa à sociedade.

Não é verdade. O deputado parte de uma premissa falsa, o pagamento da dívida em um futuro próximo. Estados e municípios estavam pagando e continuariam a pagar apenas o serviço da dívida, em acordos isolados com o governo federal, nos quais governadores e prefeitos ficavam sujeitos a todos os tipos de pressões, sem possibilidades de reação. Com o estabelecimento de uma regra e de um prazo para o pagamento, a dívida será realmente liquidada e governadores e prefeitos ficarão livres do arbítrio presidencial.

Para o articulista, um governo que não paga o INPS, o Inamps e que retira recursos do seguro-desemprego para financiar a agricultura, iria garantir o FGTS e o PIS-Pasep com o dinheiro que não iria receber de Estados e municípios. Chega a ser surrealista.

A seguir, o deputado garante com todas as letras que o Estado de São Paulo

foi salvo da insolvência graças ao Plano Collor 1. Enfim, alguém achou alguma utilidade para o famigerado plano, o que, entretanto, não prova tamanho disparate.

O item 4 do artigo afirma que por trás do acordo existe um aumento de impostos. Não é verdade, nem por trás, nem por frente. O PMDB não concorda com o aumento da carga tributária nem com a criação de novos impostos. Não concorda e tem expressão política para não concordar, pois é o maior partido de oposição ao governo no Congresso.

Quanto à propalada capacidade de endividamento de Estados e municípios, trata-se de um problema do governo da República, que libera os empréstimos. Cabe a ele, portanto, a contenção dos gastos.

Isto posto e descontando-se o delírio a

respeito de um suposto déficit orçamen-tário da ordem de 20% do orçamento de 1990 que teria sido feito pelo governo Quérucia e um fantasioso empréstimo de 600 milhões de dólares arrancados do Banespa, que deve ser creditado a um

incontrolável ressentimento contra o PMDB, fica claro que a rolagem da dívida de Estados e Municípios foi uma vitória da sociedade brasileira, representada, em sua maioria, pelo PMDB no Congresso Nacional. Sintomaticamente, contra o projeto de

rolagem da dívida armou-se a estranha aliança PSDB, PDS e PT. Uma aliança que permitiu a substituição do desejo do bem comum pela compulsão eleitoreira de derrotar o PMDB. Compulsão mais uma vez frustrada pelos fatos.

A dívida será liquidada de fato e os governadores e prefeitos ficarão livres do arbítrio presidencial

LUTHERO MAYNARD, 50, jornalista, é assessor da Presidência Nacional do PMDB.